

Só Planalto decidirá reforma, diz Sarney

Da sucursal de
BRASÍLIA

Estranho processo esse que marca as reformas eleitorais. Enquanto a oposição se desespera em busca de informações e definição de rumos, que não terá ao menos até novembro, a situação reconhece de público sua total impotência. O ministro Ibrahim Abi-Ackel já havia alertado pessoas de sua intimidade, logo após a reunião do Conselho de Desenvolvimento Político, a 5 de maio: "Não soltem foguetes, aquilo que o PDS vier a propor não representará, necessariamente, o pensamento do governo e, muito menos, a decisão do presidente. Por isso, as sugestões do partido devem-se fazer em sigilo". Agora, é o chefe máximo pedesista, senador José Sarney, que não apenas confirma, mas também endossa a promissória em branco: "Somos o partido do governo, que só pode deliberar depois de definido o pensamento do governo, e de acordo com ele".

Ora bolas, o mínimo a indagar é: por que, então, se constituiu com toda a pompa e glória a comissão encarregada de sondar as bases partidárias e preparar o elenco de reformas eleitorais julgadas necessárias pelo PDS? Para compor a cena, sem integrá-la? Para brincar de política? No máximo, inclusive, a pergunta iria adiante: para que o PDS, como agremiação política? Melhor seria formar, em vez dele, um regimento ou uma brigada, que, além de obedecer às ordens palacianas, teria o mérito de contribuir para a preservação de nossa soberania, se preciso fosse.

Primeiro, o governo, agora, o próprio partido, pela voz de seu competente, mas angustiado, presidente, reconhecem que nada mudou, desde os tempos da Arena: independência, participação, condições efetivas de influência — tudo continua sonho de noite de verão, miragem daquelas superiores às citadas pelo senador Tancredo Neves. Pois se quem vai decidir é o Palácio, e até exige segredo das opiniões agora tomadas pelo PDS, que outra conclusão a tirar, a não ser que tudo continua como dantes, no quartel e ora dele?